

PORTARIA 74, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, DES. JOSÉ DOS ANJOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, “a”, § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, no teor da Portaria 91, de 20/02/2020, da Secretaria do Tesouro Nacional e no item 9.4 do Acórdão 553/2017 – Plenário, de 29/03/2017, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário – item 9.4, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2020, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. José dos Anjos
Presidente

ANEXO I
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

[illegible]

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	10.930,22	19.513,81	14.289,09	205,76	-	49,92	-	-	-	1.068,97	-	46.057,77	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	1.103.070,24	1.077.729,68	1.077.729,68	1.057.763,98	1.057.763,98	1.091.639,11	1.273.348,14	440.335,75	13.138.231,59	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	6.990.753,81	5.131.792,35	5.416.119,88	5.377.984,73	5.370.856,39	5.357.250,65	5.278.610,45	5.353.934,01	5.229.817,60	5.810.015,76	9.580.869,41	7.986.310,88	72.884.315,92	161.703,23
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						VALOR					% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)						651.943.266.031,15								
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V)= (IIIa + IIIb)						73.046.019,15					0,011204			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)						92.197.816,68					0,014142			
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)						87.587.925,85					0,013435			
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)						82.978.035,01					0,012728			

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 25/jan/2021, hora da emissão: 08h e 15m.

‘Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1.Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração foram realizadas apenas neste quadrimestre. Por esse motivo, podem existir atualização de valores publicados nos demonstrativos do 1º e 2º quadrimestre de 2020 (Jan/20 a Ago/20).

2.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 660, de 22 de janeiro de 2021.

ANEXO II

UNIÃO- PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas “a”)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE	RESTOS A	EMPENHOS	DISPONIBILIDADE
		Restos a pagar	Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não	Demais Obrigações Financeiras	DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	PAGAR EMPENHADOS E NÃO	NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR	DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Liquidados de Exercícios Anteriores		LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DO INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a – (b+c+d+e))	(g)		(h) = (f – g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	518.681,22	2.887,86	57.752,59	5.264,00	–	452.776,77	452.776,77	–	–
Recursos Ordinários	518.681,22	2.887,86	57.752,59	5.264,00	–	452.776,77	452.776,77	–	–
0100 – Recursos Ordinários	518.681,22	2.887,86	57.752,59	5.264,00	–	452.776,77	452.776,77	–	–
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	490.057,70	–	676,80	–	37.142,28	452.238,62	452.238,62	–	–
Recursos Vinculados ao RPPS	676,80	–	676,80	–	–	–	–	–	–
0156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	676,80	–	676,80	–	–	–	–	–	–
Outros Recursos Vinculados	489.380,90	–	–	–	37.142,28	452.238,62	452.238,62	–	–
0127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	440.479,22	–	–	–	–	440.479,22	440.479,22	–	–
0151 – Recursos Livres da	11.759,40	–	–	–	–	11.759,40	11.759,40	–	–

Seguridade Social									
0190 – Recursos Diversos	37.142,28	–	–	–	37.142,28	–	–	–	–
TOTA (III) = (I + II)	1.008.738,92	2.887,86	58.429,39	5.264,00	37.142,28	905.015,39	905.015,39	–	–

FONTE: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 25/jan/2021, hora de emissão: 08h e 15m.

Nota:

1. Esta coluna poderá apresentar valor negativo, indicando nesse caso, insuficiência de caixa após o registro de obrigações financeiras.

Notas

1. O modelo estabelecido na 10ª Edição de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentado os valores líquidos de limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

2. Na coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R\$ 287.509,73.

ANEXO III
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	651.943.266.031,15	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	73.046.019,15	0,011204
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	92.197.816,68	0,014142
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	87.587.925,85	0,013435
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	82.978.035,01	0,012728
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE E CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	905.015,39	–

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 25/jan/2021, hora de emissão: 08h e 15m.

ANEXO IV
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				86.233.178,69	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				13.187.159,54	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)				73.046.019,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)				651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100				0,011204%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE	LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,014182%	92.458.593,99
MÁXIMO \1	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,014168%	92.367.321,93

	Resol 26/2006	CNJ	Ato decorrente\2:	-	-	—
	Resol 177/2013	CNJ	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,014142%	92.197.816,68
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Norival Navas Neto
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

Adail Vilela de Almeida
Coordenador de Auditoria Interna

Rubens Lisbôa Maciel Filho
Diretor-Geral

Des. José dos Anjos
Presidente